ALGUNS CONCEITOS-CHAVE DE BAKHTIN E O ARTIGO DE OPINIÃO

Simone Dalla Corte<sup>1</sup>

Resumo: Este trabalho analisa um exemplo do gênero textual artigo de opinião, da esfera jornalística, e visa a uma descrição dos recursos utilizados na sua produção. Buscam-se os recursos por meio dos quais se pode identificar o encontro das diferentes vozes que se cruzam

para constituir o enunciado. Para isso, a análise apóia-se em alguns conceitos-chave de Bakhtin, no que diz respeito ao uso da língua sob a forma de enunciados, ao dialogismo e à

polifonia, ou seja, a análise se fundamenta, sobretudo, numa concepção da linguagem como

interação.

**Palavras-chave:** enunciado – dialogismo – artigo.

1. Introdução

Em A estética da criação verbal (1992), Bakhtin apresenta vários conceitos de

relevante importância para o estudo dos gêneros textuais. No presente artigo, primeiramente,

fez-se a descrição de alguns desses conceitos. Em seguida, também foram descritas as marcas

lingüísticas da enunciação, segundo Koch (2004); para, então, analisar um exemplo de artigo

de opinião.

O artigo escolhido foi veiculado pela revista Veja em 27/10/2004 e é de autoria de

André Petry. Por meio de uma entrevista com o autor, foi feito o levantamento das condições

de produção do texto. Em seguida, o artigo foi dividido em parágrafos, para melhor

sistematizar a identificação dos dados destacados e compreender a interpretação feita através

deles.

2. Bakhtin e a utilização da língua

Para Bakhtin (1992), a utilização da língua se dá por meio de enunciados que refletem

as condições específicas e as finalidades das diversas esferas da atividade humana. Tais

enunciados podem refletir essas condições e finalidades por meio de um determinado

conteúdo temático, estilo e composição que se fundem formando tipos relativamente estáveis.

Sob uma perspectiva bakhtiniana, se o enunciado reflete uma dada esfera da atividade

humana, não há como desagregá-lo de uma situação de interação. É isso que faz com que

<sup>1</sup> Aluna do curso de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria.

Bakhtin conteste as funções da linguagem quando esta é considerada apenas sob o ponto de vista do locutor (como se estivesse sozinho). Para ele, o enunciado é a unidade real da comunicação discursiva, o que envolve ativamente tanto locutor como ouvinte. Dessa forma, o processo de comunicação fica minimizado se o receptor do enunciado é visto de forma passiva, já que

(...) toda compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor. A compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela compreensão responsiva ativa e que se materializa no ato real da resposta fônica subseqüente. (BAKHTIN, 1992, p.290)

Essa resposta, a compreensão responsiva ativa do que é ouvido, pode se dar também por meio da execução de um ato ou por meio de uma compreensão muda que surtirá efeito retardado. É nesse processo de interação verbal, em que o nosso dizer é uma reação-resposta a outros enunciados, que as relações históricas, sociais e culturais afloram, impossibilitando a neutralidade no discurso; e, ao mesmo tempo, facilitando a sua compreensão. Como afirma Rodrigues:

Não se pode compreender o enunciado sem correlacioná-lo com a sua situação social, pois o discurso,como fenômeno de comunicação social, é determinado pelas relações sociais que o suscitaram. O discurso é um acontecimento social. Há um vínculo efetivo entre enunciado e situação social, ou melhor, a situação se integra ao enunciado, constitui-se como uma parte dele, indispensável para a compreensão do seu sentido. (2001, p.20)

# 3. Enunciado, oração, palavra

Segundo Bakhtin, o enunciado possui particularidades que o diferenciam da oração e fazem com que esta seja entendida como uma unidade da língua e não da comunicação verbal. A primeira dessas particularidades é a alternância dos sujeitos falantes: quando o locutor termina seu enunciado, ele espera por uma reação-resposta do seu interlocutor, ou seja, espera a compreensão do outro e a sua conseqüente atitude responsiva.

A segunda particularidade diz respeito ao acabamento específico do enunciado, que se relaciona com a primeira por ser uma espécie de sinal que anuncia o término de um enunciado e chama a atitude responsiva do ouvinte. E a terceira particularidade concerne à relação do enunciado com o seu locutor e com os outros participantes da comunicação verbal.

Toda essa rede de relações estabelecida entre os participantes do processo discursivo mostra que o enunciado se relaciona diretamente com a situação extraverbal, com a realidade. Na interação entre interlocutores, ele reflete as relações sociais que foram estabelecidas e que

o criaram. Bastante diferente é o que ocorre com a oração, já que possui limites gramaticais e não comporta aspectos expressivos. Tanto a palavra como a oração, sozinhas, não suscitam uma atitude responsiva, já que só adquirem aspectos expressivos dentro de enunciados, aspectos que dependem da entonação, do contexto, do juízo de valor, enfim, da situação real de uso da língua.

Assim, a expressividade encontra-se no todo:

Ao escolher a palavra, partimos das intenções que presidem ao todo do nosso enunciado, e esse todo intencional, construído por nós é sempre expressivo. É esse todo que irradia sua expressividade (ou melhor, nossa expressividade) para cada uma das palavras que escolhemos e que, de certo modo, inocula nessa palavra a expressividade do todo. (BAKHTIN, 1992, p.310-311)

Por fim, se a oração, que tem por característica inicial pertencer ao contexto de um único sujeito falante e não requerer uma atitude responsiva, suscitar tal atitude, ela passa à categoria de enunciado, já que adquire a natureza e as particularidades deste.

# 4. Gêneros discursivos e o querer-dizer do locutor

Para Bakhtin (1992), gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados, quanto ao conteúdo temático, estilo e construção composicional. Desse conceito também compartilham vários autores e, da mesma forma que Bakhtin, o relacionam com a história e o processo de interação que se estabelece entre os envolvidos no processo comunicativo. Pode-se também encontrar informações recorrentes quanto ao fato de toda comunicação verbal ser possível apenas por meio de algum gênero.

Estas afirmações de Marcuschi, por exemplo, vão ao encontro das afirmações anteriores e, além disso, também apontam para uma outra questão que envolve a discussão sobre gêneros: o fato de eles serem construídos historicamente:

Quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma lingüística e sim uma forma de realizar lingüísticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. (...) Os gêneros (...) são artefatos culturais construídos historicamente pelo ser humano. (...) Nada do que fizermos lingüísticamente estará fora de ser feito em algum gênero. (2005, p. 29, 30, 35)

A relação entre gêneros e história se dá pelo próprio fato de os indivíduos nascerem em um ambiente repleto de gêneros textuais. Como já foi visto, eles são utilizados em qualquer atividade de comunicação verbal e vão sendo transmitidos naturalmente de geração para geração, adaptando-se às necessidades comunicativas dos interlocutores. Como afirma Machado (2005, p.157): "(...) os gêneros discursivos são formas comunicativas que não são adquiridas em manuais, mas sim nos processos interativos".

Dessa forma, se adquirimos conhecimentos suficientes sobre gêneros e temos a capacidade de fazer uso desses gêneros sem conhecer toda a teoria lingüística capaz de sistematizar seu estudo, é porque vivemos em sociedade e, conforme nossos anseios e necessidades, conseguimos fazer adaptações para estabelecer a comunicação verbal. Interessante, sobre isso, observar o conceito de gênero dado por Bazerman:

Se começamos a seguir padrões comunicativos com os quais as outras pessoas estão familiarizadas, elas podem reconhecer mais facilmente o que estamos dizendo e o que pretendemos realizar. Assim, podemos antecipar melhor quais serão as reações das pessoas se seguimos essas formas padronizadas e reconhecíveis. Tais padrões se reforçam mutuamente. As formas de comunicação reconhecíveis e auto-reforçadoras emergem como gêneros. (...)

Podemos chegar a uma compreensão mais profunda de gêneros se os compreendermos como fenômenos de reconhecimento psicossocial que são parte de processos de atividades socialmente organizadas. Gêneros são tão-somente os tipos que as pessoas reconhecem como sendo usados por elas próprias e pelos outros. Gêneros são o que nós acreditamos que eles sejam. (2005, p.29, 31)

É por esse motivo que o presente trabalho não terá como preocupação provar que o artigo de opinião é um gênero discursivo. Limitar-se-á a uma análise interpretativa, de acordo com o que foi apresentado na introdução deste artigo.

Quanto ao querer-dizer do locutor, como afirma Bakhtin, realiza-se por meio da escolha do gênero do discurso. Trata-se de uma adaptação à situação social de uso da linguagem verbal e às intenções do locutor, que podem ser mais bem atendidas com um determinado tipo de gênero em detrimento de outro(s).

### 5. Dialogismo, polifonia e marcas lingüísticas da enunciação

"Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear." (BAKHTIN, 1992, p.319)

Vivendo em sociedade, os homens entram em contato com vários tipos de enunciados e os apreendem desde muito cedo. Esses enunciados vão se reproduzindo e se adaptando e readaptando conforme a situação de uso da linguagem e as intenções de quem os produz. Esse é um dos motivos pelos quais se pode afirmar que o discurso é dialógico por natureza, pois em nossos enunciados encontram-se outros:

Nossa fala, isto é, nossos enunciados (...) estão sempre repletos das palavras dos outros, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. As palavras dos outros introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos.(...)

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. (...) O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados. (BAKHTIN, 1992, p.314, 316)

O diálogo estudado inicialmente por Bakhtin no romance não se limita a uma troca oral de enunciados entre duas pessoas. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1992), é mostrada a visão ampla que o termo possui:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra 'diálogo' no sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (p.123)

Mais do que se relacionar com o que o precede, o enunciado também se relaciona com o que está para ser dito. Isso ocorre por, pelo menos, dois motivos:

- o fato de ele ser recebido pelo interlocutor e ser apreendido por este para uma posterior atitude responsiva;
- o fato de o locutor, ao objetivar uma determinada reação-resposta, emitir seu enunciado de uma maneira específica em detrimento de outra.

Nesse processo de comunicação verbal, as palavras não são neutras. Elas constituem os enunciados e seu uso está repleto de escolhas, que mostram a maneira como o interlocutor está sendo tratado e, ao mesmo tempo, a ideologia do locutor, entendida, de acordo com Miotello (2005, p.176), como "(...) sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo construído a partir das referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados."

Trata-se, portanto, de uma espécie de rede que constitui o discurso: as palavras, dentro de seus respectivos contextos, assumem significados diversos. Carregadas de opinião, sinalizam as intenções do emissor. As escolhas deste prevêem uma possível atitude responsiva que faz com que sejam cuidadosamente articuladas no enunciado. Por fim, a mesma situação ocorre sob a perspectiva do interlocutor; e temos, então, uma formação discursiva dialógica.

Quanto à polifonia, segundo Bezerra (2005, p.198) a forma suprema do dialogismo, é importante compreender que as múltiplas vozes "não são meros objetos do discurso do autor", mas dele fazem parte mantendo a sua individualidade característica. O próprio autor reconhece o outro como sujeito de seu discurso e de sua forma de se exprimir, ou seja, ao reconhecer o discurso do outro dentro do seu discurso, o autor se mostra ciente do uso do discurso alheio no seu próprio discurso, o que não necessariamente ocorre com o dialogismo.

Em se tratando das marcas lingüísticas da enunciação, Koch (2004, p.29) as define como mecanismos gramaticais capazes de indicarem uma orientação argumentativa no

processo enunciativo. Tais marcas são chamadas de operadores argumentativos, marcadores de pressuposição, índices de modalidade, índices avaliativos e índices de polifonia. Há destaque também para os tempos verbais, que, igualmente, podem sinalizar uma orientação argumentativa.

Dentre os operadores argumentativos, há aqueles que assinalam o argumento mais forte, orientando o leitor para uma determinada conclusão; aqueles que deixam subentendida a existência de outros argumentos mais fortes; aqueles que somam e aqueles que dão idéia de oposição, por exemplo. Vários são os operadores argumentativos, ou seja, palavras que levam o leitor a determinadas conclusões por introduzirem, no enunciado, "conteúdos semânticos adicionais" (KOCH, 2004, p.46).<sup>2</sup>

Os marcadores de pressuposição são as marcas lingüísticas que introduzem os conteúdos que, como afirma Koch, ficam à margem da discussão. Em certos momentos, tais marcadores, assim como os operadores argumentativos, as aspas e alguns tempos verbais, podem ser considerados índices de polifonia, que mostram as diferentes vozes existentes em um texto, com as quais o autor concorda ou discorda.

Os modalizadores sinalizam para o leitor a maneira como o que se diz é dito. Os principais tipos de modalidades estão relacionados à necessidade/possibilidade, à certeza - incerteza/dúvida e ao obrigatório/facultativo nos enunciados.

Por fim, os índices avaliativos, geralmente expressões adjetivas e formas intensificadoras, traduzem a atitude valorativa do autor diante dos fatos.

### 6. O artigo de opinião

Partindo-se da afirmação de Rodrigues (2001) de que não se pode compreender o enunciado sem correlacioná-lo com sua situação social, e levando-se em consideração todos os aspectos já desenvolvidos a respeito da produção do discurso, faz-se necessário apresentar as condições de produção do texto em análise, "o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado" (Bronckart, 2003, p.93). Para compreendê-las, são importantes as informações sobre o autor, o receptor e as características do gênero textual artigo de opinião.

O texto em análise, *Sem aborto. Com dor*, de André Petry, foi veiculado pela revista Veja em 27/10/2004 e foi produzido logo após a decisão do Supremo Tribunal Federal de

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Os exemplos dos operadores, assim como das demais marcas lingüísticas, serão dados por meio do texto exemplo que se encontra na próxima seção deste artigo.

derrubar a liminar que autorizava o aborto de fetos sem cérebro. Antes de observar o dialogismo presente no texto, as diferentes vozes que nele circulam, é importante fazer uma breve "apresentação" do seu autor e verificar a que tipo de público o texto se dirige.

André Petry é formado em jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas, no Rio Grande do Sul, e trabalha na editora Abril desde 1990. Começou a publicar artigos na revista Veja, com a qual possui contrato de exclusividade, em abril de 2004. De acordo com informações dadas por ele em entrevista via *e-mail* (segue anexo), um artigo é compreendido, pelos articulistas de Veja, basicamente como "um texto em que se expõe a opinião pessoal (e não editorial) do autor do texto (e não da revista, necessariamente)".

Esse jornalista, que escreve em média duas vezes por mês em uma revista de circulação nacional, pode ser considerado, pela posição social de destaque que ocupa, como uma autoridade. Trata-se de um formador de opinião, visto que assume uma atitude valorativa no seu discurso, ao mesmo tempo em que suscita uma reação-resposta dos seus leitores (demonstradas, por exemplo, por meio de uma das seções da revista – a seção de cartas do leitor).

O público ao qual a revista se destina, de classe alta e média, de certa forma é responsável pelos temas escolhidos para serem publicados. Os interesses dessa parte da população brasileira se diferem muito dos interesses de uma classe social baixa e acabam sim exercendo influência na escrita dos textos. A mesma situação pode ser verificada no uso da linguagem: quanto mais escolarizado o público-alvo do veículo de comunicação, mais a linguagem se aproximará da chamada norma culta ou padrão.

Antes mesmo de efetuar a leitura do texto em análise, já podemos, por meio de suas condições de produção, fazer o levantamento de alguns pontos relevantes para compreendê-lo. Porém, obviamente, nada substitui a leitura do texto em análise:

#### Sem aborto. Com dor

Olho 1 "A idéia, generosamente humana, era conceder às mulheres o direito de do 2 fugir do suplício de dar à luz um filho que, já em sua primeira noite, em vez do texto 3 berço, deita no caixão"

A decisão do Supremo Tribunal Federal de derrubar a liminar que autorizava o aborto de fetos sem cérebro é a expressão de um retrocesso. É verdade que as pressões religiosas, principalmente dos católicos, chegaram a um ponto inédito, de tão abertas e escancaradas. Os igrejeiros atulharam os e-mails dos ministros do STF, entupiram os aparelhos de fax e houve quem tenha ido ao tribunal para distribuir pessoalmente panfletos e cartazes na campanha contra o aborto. Circularam comentários, com suspeita insistência, de que houve até

ministro redigindo seu voto com o prestimoso auxílio de um arcebispo da Igreja Católica. No fim, por 7 votos a 4, os ministros derrubaram a liminar. Resta uma esperança. O STF terá de tomar uma decisão definitiva sobre o tema, autorizando ou proibindo o aborto, quando julgar o mérito da ação em data a ser marcada. Mas a cassação da liminar já emite um sinal desolador de que a maioria dos ministros tende a votar pela proibição do aborto.

17

18

19 20

21

22 23

24

25

26

27

28 29

30

§ 2

A decisão do STF é perfeitamente lógica e defensável do ponto de vista teológico, mas é um monturo do ponto de vista jurídico. No universo da fé, a vida é uma dádiva divina. Só Deus pode tirá-la. O aborto, qualquer um, mesmo o aborto terapêutico de fetos sem cérebro, cuja chance de sobreviver fora do útero é nula, mesmo nesses casos, é visto como pecado e, portanto, inadmissível. No mundo jurídico de um Estado laico, porém, as coisas não funcionam assim. Não somos guiados na vida civil pelos dogmas católicos, evangélicos, islâmicos, candomblecistas. E, neste mundo, a vida não é sagrada, nem mesmo absoluta. Tanto que a legislação brasileira não preserva a vida fetal sob qualquer hipótese. Ao contrário. Autoriza o aborto se a gestante correr risco de vida ou se a gravidez for resultado de estupro. Por que nesses casos pode, mas no caso de um feto sem cérebro não? Aparentemente, apenas porque o STF, que deveria ater-se aos princípios legais como corte constitucional de um Estado laico, se deixou influenciar por utopias bíblicas. Um atraso e tanto.

31 Atraso porque, além de tudo, o STF deu guarida ao autoritarismo religioso 32 pelo qual todos têm de viver sob os ditames da fé - queiram ou não, sejam 33 crentes, sejam ateus. Afinal, a liminar não obrigava mulher alguma a interromper 34 a gravidez de um feto sem cérebro. Apenas autorizava o aborto às mulheres que, 35 torturadas pela dor psicológica de gerar um filho que morrerá ao nascer, quisessem fazê-lo. A idéia, generosamente humana, era conceder a elas o direito § 3 36 37 de fugir do suplício de dar à luz um filho que, já em sua primeira noite, em vez do berço, deita no caixão. Não obrigava ninguém a abortar nem a levar a gravidez 38 39 até o fim. Dava às mulheres o direito de fazer uma escolha numa situação já dolorosa o bastante. Mas a tirania religiosa não admite que apenas seu rebanho viva segundo sua fé. Todos os demais também devem fazê-lo. É outra tortura. E 41 outro retrocesso. 42

Segundo Rodrigues (2005, p.174), "no gênero artigo, interessa menos a apresentação dos acontecimentos sociais em si, mas sua análise, e interessa, junto com eles, a posição do autor do artigo". Podemos perceber isso no texto em estudo. Não há maiores informações sobre o que é um aborto, o que é o Supremo Tribunal Federal, uma liminar ou, ainda, por qual motivo um feto sem cérebro irá, necessariamente, para o caixão. Parte-se do princípio de que todas essas informações já fazem parte do repertório dos leitores do texto (classes alta e média). Não é de interesse do articulista explicá-las; mas, sim, mostrar seu posicionamento, absolutamente claro, sobre a decisão do STF em relação à permissão do aborto de fetos sem cérebro.

Petry insiste em mostrar o equívoco que há em negar o aborto no caso especificado, já que o Estado é laico e, portanto, não deveria se guiar pelos princípios da igreja para se posicionar diante de todos os cidadãos brasileiros. O embate de vozes se determina dentro desse conflito. O locutor da mensagem menciona aquelas que lhe são incompatíveis para argumentar em oposição a elas.

Mantendo relações dialógicas com o já dito, o posicionamento vai sendo construído, não de forma solitária, mas por meio do tratamento dado às diferentes vozes. No olho do texto, por exemplo, pode-se perceber como o locutor atribui juízo de valor às diferentes visões sobre o assunto. Enquanto o seu ponto de vista remete a um ato de generosidade humana; qualquer visão diferente da sua, o que inclui a igreja e os responsáveis por votarem contra a liminar, promove o suplício das mulheres em situação como a exposta no texto. O próprio tempo verbal utilizado, o pretérito imperfeito do indicativo (em "A idéia, generosamente humana, **era** conceder às mulheres o direito de fugir do suplício") antecipa para o leitor que não há mais generosidade; e, sim, a permanência do suplício – índice que avalia negativamente a situação das mulheres em questão.

No primeiro parágrafo, com a clara exposição do assunto do texto, o enunciado do "olho" se torna ainda mais claro. A carga semântica trazida pelas palavras associadas às diferentes vozes sinaliza que o que se pretende é mostrar a incoerência de discursos. Ao se afirmar, por exemplo, que a decisão provoca o *suplício* das mulheres, sabendo-se que tanto o Estado quanto a religião devem prezar pelo bem-estar da população, fica clara a orientação argumentativa dada ao texto.

A decisão do STF é definida como um retrocesso (l. 4-5), ou seja, em se tratando do assunto, a justiça não está avançando, pelo contrário. O seu papel não está bem definido para ela mesma, uma vez que se deixa influenciar por preceitos religiosos. Isso se verifica na afirmação sobre os comentários acerca de ministros que redigiram seus votos com o auxílio de um arcebispo da igreja católica (l. 10-12). Tal auxílio é caracterizado pelo autor do texto como "prestimoso". Trata-se de uma ironia, já que o índice avaliativo não se ajusta ao que está sendo defendido como opinião do locutor. O operador argumentativo até, em "houve até ministro redigindo seu voto com o prestimoso auxílio de um arcebispo da Igreja Católica" (l.10-11) sinaliza para o leitor que, dentro de uma escala que elege os aspectos negativos da situação apresentada, esse, introduzido pelo até, não só é o pior de todos, como também mostra que não houve, por parte do autor, equívoco ao afirmar que se trata de uma verdade que a pressão da igreja chegou a um ponto inédito: "É verdade que as pressões religiosas, principalmente dos católicos, chegaram a um ponto inédito, de tão abertas e escancaradas". O

autor modaliza seu enunciado ao se posicionar no eixo da certeza quando faz referência à insistência da igreja nos assuntos que cabem ao Estado. Além disso, ao utilizar o modalizador "principalmente", deixa clara a existência de outras vozes religiosas que possuem comportamento semelhante.

As esperanças do autor quanto à alteração da decisão do STF, como bem demonstra o operador argumentativo *mas*, são poucas: "Resta uma esperança(...). **Mas** a cassação da liminar já emite um sinal desolador (...)" (l. 12-16). O argumento introduzido por esse operador é o argumento de maior peso, ou seja, o fato de restar uma esperança perde sua força e o que prevalece como ponto realmente significativo da opinião do autor é a improbabilidade de o STF alterar a decisão já tomada.

No segundo parágrafo, Petry afirma: "A decisão do STF é perfeitamente lógica e defensável do ponto de vista teológico, mas é um monturo do ponto de vista jurídico" (l. 17-18). Impõe-se uma condição para tentar compreender uma situação que, pelo ponto de vista do autor, é absurda.

Outra afirmação relevante é esta: "Não somos guiados na vida civil pelos dogmas católicos, evangélicos, islâmicos, candomblecistas", ou seja, o que é proposto é que a fé religiosa não deve interferir em questões que não são da sua alçada. Interessante que, nesse fragmento, por meio da citação de outras religiões, também presentes em nosso país, mostrase o quanto a justiça não está sendo imparcial, isto é, por qual motivo se deve levar em consideração principalmente a opinião de uma religião em detrimento das outras se o Estado deve se manter laico?

A voz da medicina também é chamada para participar da situação discursiva. Ao se mencionar que a chance do feto "sobreviver fora do útero é nula", temos a ciência como argumento que ajuda a defender a tese do autor. Todas as tentativas são válidas para direcionar uma possível atitude responsiva favorável ao que se defende no texto.

O autor nos mostra, na l.21, que o aborto é considerado um pecado pela igreja. É a voz de várias religiões que está presente no texto. No mesmo parágrafo, ainda comenta que a vida não é sagrada, e o Estado já aprova o aborto em outras situações igualmente dolorosas (estupro e risco de vida para a mãe), ou seja, "aparentemente", como há no texto (l. 28), não se aceita o aborto de fetos sem cérebro porque o Estado "se deixou influenciar por utopias bíblicas" (l.30). O uso de "aparentemente" pressupõe que pode haver outros motivos que não estão explícitos para a sociedade nem para o locutor. Além disso, o índice avaliativo "utopias", relacionado à igreja, marca a opinião depreciativa do autor em se tratando da posição desta.

No último parágrafo, outros índices avaliativos são utilizados para caracterizar a igreja sob o ponto de vista defendido no texto: na l.31, afirma-se, por exemplo, que ela é autoritária e, na l.40, que ela é tirana. Na penúltima linha do texto, é acrescentado o argumento final, que também a critica por obrigar a todos, independentemente de possuir ou não crença religiosa, a viverem segundo a fé. Esse fato é avaliado como "tortura" (l.41), aliás, "É **outra** tortura" (l.41), isto é, no texto nos foram apresentadas duas situações que podem ser caracterizadas do mesmo modo.

O dever do Estado, para Petry, é dar às mulheres a possibilidade de escolha, concedendo a elas "o direito de fugir do suplício de dar à luz um filho que, já em sua primeira noite, em vez do berço, deita no caixão" (l. 36-38). Chama a atenção a oposição entre deitar em um berço, início da vida, e deitar num caixão, símbolo de morte.

Enfim, todos os esforços são direcionados para mostrar que discordar do posicionamento exposto no texto é incabível. O próprio título do texto já antecipa essa conclusão (à qual o locutor pretende que seus leitores cheguem). Quando se remete à questão da dor, caso não haja a possibilidade de aborto na situação em discussão, não se trata apenas de dor física, mas, como há no interior do próprio texto, de uma dor psicológica das mães dos bebês doentes. O sofrimento é o que deve ser evitado, já que não há possibilidade alguma de se solucionar algo tão grave.

## 7. Considerações finais

Por meio de um único exemplo do gênero textual artigo de opinião, já se pode constatar que realmente o discurso é complexo e repleto de vozes já ditas que vão se acomodando ao discurso alheio. Como afirma Bakhtin, o discurso é dialógico por natureza, é um diálogo que carrega vozes que ora entram em conflito, ora se complementam e vão ecoar no interlocutor produzindo uma reação-resposta.

Além disso, as palavras utilizadas para compor o texto, estudadas como marcas lingüísticas, fazem com que ele cumpra a intenção do autor, intenção de firmar seu posicionamento e fazer um jornalismo de denúncia social. E elas criam vida, tornam-se compreensíveis e possibilitam a articulação do discurso apenas porque estão inseridas num contexto de uso real da língua, e fazem parte, portanto, da unidade real da comunicação.

#### ANEXO

Entrevista realizada via e-mail, em 27/06/2007, com André Petry.

1 - Qual é a sua formação universitária? (Curso? Onde se formou? Quando? Possui curso de pós-graduação? Onde e quando foi feito?)

**Petry:** Fiz o curso de Jornalismo pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), no Rio Grande do Sul. Concluí em 1983. Comecei também o curso de Filosofia, pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mas nunca concluí. Não tenho curso de pós-graduação.

2 - Há quantos anos trabalha para a Abril? Há quantos anos escreve para a revista Veja?

**Petry:** Entrei para a Abril (ou seja, para a Veja, pois nunca trabalhei em outra publicação da editora Abril) em 1990. Escrevo para a Veja desde então, mas não como colunista. Comecei como colunista recentemente, em abril de 2004.

**3 -** Trabalha para outro veículo de comunicação?

**Petry:** Não. Tenho um contrato de exclusividade com a Veja. Posso escrever esporadicamente para uma ou outra publicação, desde que tenha autorização prévia da direção da Veja. Mas isso não é comum.

**4 -** Há jornais em nível nacional que possuem um manual de redação que define inclusive as características dos gêneros textuais presentes neles. Veja possui algum? Há alguma consideração a respeito do gênero ARTIGO? O que é um ARTIGO para a revista?

**Petry:** Veja não tem um manual de redação específico para a publicação, mas a Editora Abril tem -- e, em geral, Veja respeita as regras dispostas nesse manual. Nele, não há definição sobre o que é um artigo, mas nosso entendimento interno é, basicamente, aquele texto em que se expõe a opinião pessoal (e não editorial) do autor do texto (e não da revista, necessariamente).

5 - Há pesquisas que mostram o perfil dos leitores de Veja? Qual é o perfil?

**Petry:** Veja faz pesquisas muito raramente. Mas, a partir das que já foram feitas, sabemos que o público da Veja é basicamente formado por leitores de classe alta e classe média, e fortemente urbano. A divisão entre homens e mulheres é mais ou menos equitativa, com leve vantagem para o público feminino. Também tem leitores jovens, mas, de novo, é levemente maior o peso de leitores de meia idade.

**6** - Há algum lugar social do qual você se posiciona para escrever?

**Petry:** Acho que não entendi claramente o que você quer dizer com "lugar social". De todo o modo, minha posição de partida tem sido, sempre que o tema permite, tratar da sociedade brasileira como sendo profundamente desigual -- e trabalhar a denúncia e, se possível, a superação disso. Entendo que a desigualdade brasileira -- social, econômica, cultural etc -- está na raiz de uma gama enorme de problemas, como a violência, a pobreza, a corrupção etc.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARLES, Bazerman. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. A. P. Dionísio e J. C. Hoffnagel (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2005.

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina G.G. Pereira. São Paulo: Mrtins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6 ed. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 191-200.
- BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Trad. Anna Raquel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 2003.
- KOCH, Ingedore Villaça. A **inter-ação pela linguagem**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004. MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 151-166.
- MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-176.
- RODRIGUES, Rosângela Hammes. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo**. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, 2001.
- RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem : a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 152-183.